PROJETO DE LEI Nº , DE 2007
(Do Sr. MOREIRA MENDES)

Revoga o art. 46 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, “que dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o art. 46 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de lei visa revogar o art. 46 da Lei nº 11.457/2007, o qual permite à Fazenda Nacional celebrar convênios com

entidades públicas e privadas para a divulgação de informações previstas nos incisos II e III do § 3º do art. 198 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional – CTN. Isso significa dizer que, a partir de março de 2007, está a Fazenda Nacional autorizada a celebrar convênios com empresas como o SERASA, o SPC e a Equifax, para inclusão em seus cadastros dos nomes dos contribuintes inadimplentes, cujos débitos estejam inscritos em dívida ativa.

A revogação da norma inscrita no art. 46 da Lei se faz inadiável, como imperativo de justiça e defesa da ordem constitucional. A autorização concedida à Fazenda Nacional, sob a máscara de mera providência administrativa institui norma com efeito sancionatório, penaliza os contribuintes em débito com a Fazenda, e viola princípios constitucionais e garantias individuais, a saber:

1) Fere o direito à ampla defesa e ao contraditório, previsto no art. 5º, LV, da CF (*LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes*), pois consiste em meio de coerção abusiva para cobrança de tributos que visa inibir o recurso à defesa judicial.

A imediata inclusão do nome do contribuinte na lista de maus pagadores cria graves constrangimentos para empresas e cidadãos, gera embaraços à continuidade do desenvolvimento das atividades empresariais e, conseqüentemente, inibe o recurso à via judicial - notoriamente morosa - para elidir a cobrança de tributo. O pronto pagamento do tributo, ainda que o contribuinte o julgue indevido, apresenta-se como o mal menor a ser suportado em prol da manutenção da regularidade de sua vida financeira, pois a inclusão em cadastro de inadimplentes tem impacto devastador sobre a vida financeira dos contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, que enfrentarão restrições para obtenção de créditos, financiamentos, parcelamentos. Pequenas e médias empresas suportarão ainda mais intensamente os rigores de tal iniciativa, pois não têm como manter estrutura jurídica para reagir à inclusão de seus nomes em tais serviços.

2) A iniciativa do Governo viola o princípio do devido processo legal, previsto no inciso LIV do art. 5º da CF (*LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal*), pois a Fazenda dispõe de meios coercitivos regulares e legais como o processo administrativo fiscal e a ação de execução fiscal, para a cobrança dos créditos não pagos. Qualquer outro meio coercitivo representa a supressão da via processual administrativa e judicial legalmente previstos, como já decidiu o Supremo Tribunal Federal em diversas ocasiões.

3) Afronta o princípio da legalidade estrita, (*art. 5º, XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal*), na medida em que impõe ao contribuinte devedor sanção não prevista em lei para o descumprimento da obrigação tributária principal. O não pagamento de impostos já tem como penalidades legais a cobrança de multa, juros e restrições no relacionamento com o poder público. O Governo quer agora instituir, de forma indireta e artificiosa, mais uma penalidade, aplicada enquanto ainda pendente a matéria de exame judicial, para o contribuinte inadimplente: *a inviabilização de sua vida econômica*. A inclusão do nome de contribuintes devedores em cadastros de inadimplentes tem nítido efeito sancionatório. Decorrem precisamente de seu caráter penalizante a força coercitiva da medida e a presteza do Governo em implementá-la.

A inclusão dos contribuintes devedores nos cadastros de inadimplentes constitui mecanismo de coação indevida e contraria decisões do Supremo Tribunal Federal, inclusive sumuladas (Súmulas 70, 323 e 547), que consideram ser ilícito qualquer meio coercitivo de cobrança que não o processo administrativo fiscal e a ação de execução fiscal (Lei 6830/1980). Tais decisões e Súmulas consagram o argumento de que o contribuinte não pode ser impedido de exercer suas atividades profissionais, como meio de coerção ao pagamento de tributo:

SÚMULA Nº 70

É inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo.

SÚMULA Nº 323

É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.

SÚMULA Nº 547

Não é lícito à autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais.

É inconteste que a iniciativa governamental causa prejuízos irreparáveis à vida financeira dos contribuintes, *peças físicas e jurídicas*, que enfrentarão restrições para obtenção de créditos, financiamentos, parcelamentos, e até talões de cheques. Ironicamente, a iniciativa tem por efeito comprometer até a obtenção de financiamento para quitar o débito com o Fisco. É certo que a inclusão no cadastro de devedores poderá até mesmo inviabilizar a sobrevivência da empresa devedora.

A inscrição de contribuintes devedores na SERASA ou SPC consiste em artifício ilegal e abusivo de cobrança e penalização adotado pela Fazenda. O melhor desempenho arrecadatório do Estado não pode ser obtido ao custo do sacrifício dos direitos individuais dos contribuintes.

Causa preocupação o fato de que a eficácia da técnica de inclusão do nome dos contribuintes devedores em órgãos de proteção ao crédito como instrumento de pressão e coerção passa a motivar alguns Estados brasileiros promover sua implementação.

O esvaziamento dos mecanismos de defesa do contribuinte contra o poderoso Estado-Arrecador; a inviabilização da discussão administrativa e judicial por meio da coerção indireta; a imediata penalização do contribuinte e o cerceamento de sua vida profissional e financeira; a redução do crédito e do

consumo, e o acanhamento dos direitos subjetivos do cidadão ameaçam o Estado democrático de direito brasileiro, razão pela qual se faz inadiável a revogação do art. 46 da Lei nº 11457, de 2007.

Sala das Sessões, em de novembro de 2007.

Deputado MOREIRA MENDES
PPS/RO